



O conceito de educação em Goiás durante os primeiros anos do Estado Novo: uma análise da Revista Educação e Saúde

Kássia Elias Marques¹

Resumo: Este estudo analisa o conceito de educação em Goiás durante os primeiros anos do Estado Novo (1937-1945), baseado em conteúdos das revistas Educação e Educação e Saúde. A publicação promovia uma visão alinhada aos ideais varguistas, destacando a educação como instrumento de disciplinamento, moralização e construção de identidade nacional. Por meio de análise documental, foram identificados discursos que reforçavam a integração entre saúde e educação como bases para o progresso do estado e da nação. Os resultados revelam a centralidade do projeto higienista e o papel do professor como agente transformador, evidenciando tensões entre as especificidades regionais e a política centralizadora do período.

Palavras-Chave: Educação. Saúde. Estado Novo. Concepções Históricas.

Introdução

O Estado Novo marcou a história brasileira como um período de centralização política e construção de um projeto nacional homogêneo, que encontrou na educação um meio de moldar cidadãos alinhados aos valores do regime (Gomes, 2021). Em Goiás, região periférica no contexto nacional, essas diretrizes foram veiculadas pelas revistas Educação e Educação e Saúde, onde foram criadas para promover os ideais higienistas e educacionais do período. Este trabalho visa investigar como a educação foi concebida em Goiás nesse contexto, com foco nos discursos publicados na revista entre 1937 e 1941. A análise busca compreender como as diretrizes autoritárias do regime influenciaram a formação de identidade e cidadania na região.

O período do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas, marcou um momento de intensas transformações políticas e sociais no Brasil. Entre as várias esferas de intervenção estatal, a educação destacou-se como um instrumento estratégico para a formação de uma identidade nacional homogênea, disciplinada e alinhada aos interesses do regime. Em Goiás, uma região até então limítrofe no cenário nacional, a educação assumiu um papel central na propagação dos ideais do governo, sendo bastante debatida e divulgada em veículos como

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História pela UEG-Universidade Estadual de Goiás-Câmpus Sul, Morrinhos-GO.



as revistas Educação e Educação e Saúde. Tais publicações serviram como ferramentas para disseminar os valores higienistas, nacionalistas e de modernização propagados pelo Estado Novo, buscando adaptar as diretrizes nacionais às peculiaridades regionais.

Baseado em tais assertivas, o objetivo geral deste estudo é analisar como o conceito educacional foi delineado em Goiás, através das publicações da época, e como essas diretrizes se alinhavam com as estratégias políticas de Vargas. Para isso, investigam-se os discursos publicados pelas revistas Educação e Educação e Saúde, examinando as relações existentes entre educação, saúde e a construção de uma cidadania configurada pelas diretrizes do regime.

A relevância deste estudo encontra-se na necessidade de compreender como as políticas centralizadoras do Estado Novo se materializaram nas regiões periféricas, como Goiás, e quais foram os impactos dessas políticas na formação de identidades regionais e nacionais. Para tal, o estudo centrou-se em analisar as revistas Educação e Educação e Saúde possibilitando resgatar uma fonte histórica de grande valia que contribui para trazer à tona as articulações entre educação e saúde como pilares da modernização e do controle social. Assim, a pesquisa amplia os debates sobre a história da educação no Brasil, explorando o elo existente entre políticas públicas, cultura local e estratégias de poder.

Os objetivos específicos deste estudo foram:

1. identificar os principais temas e enfoques educacionais apresentados pelas revistas Educação e Educação e Saúde durante o Estado Novo.
2. examinar a influência dos discursos higienistas e nacionalistas nas práticas educacionais em Goiás.
3. avaliar a adaptação das diretrizes nacionais às especificidades regionais, considerando as particularidades sociais, econômicas e culturais de Goiás.
4. discutir o papel da educação como instrumento de controle social e formação de identidades no contexto do Estado Novo.

O presente estudo estrutura-se em cinco partes sendo composto pelo resumo que explica de modo geral, o tema, contextualizando a problemática e destacando os objetivos e também a relevância da pesquisa. Em seguida encontra-se a introdução onde está exposto o contexto histórico e social do tema, enfatizando o papel da educação durante o Estado Novo, destacando



os objetivos e justificativa da pesquisa. Após a introdução encontra-se a metodologia que descreve os procedimentos adotados para a coleta e análise das informações, dando ênfase na abordagem documental e histórica com foco nas edições das revistas Educação e Educação e Saúde.

Após a explanação do método encontra-se o referencial teórico que discorre sobre os principais conceitos e teorias relacionados à temática, com abordagens nas questões como higienismo, nacionalismo e centralização política, com destaque para as implicações regionais em Goiás. E sintetizando os principais resultados e reflexões, encontram-se as considerações finais que ressaltam as contribuições do estudo para a compreensão da história da educação no Brasil e no contexto goiano. Essa estrutura possibilita evidenciar uma análise esquadrinhada com os aspectos históricos, teóricos e práticos que envolvem o conceito educacional em Goiás durante o Estado Novo e suas relações com as estratégias políticas de Vargas.

Metodologia

A análise documental, como método principal utilizado neste estudo, possibilitou uma compreensão aprofundada dos discursos presentes nos exemplares das Revistas de Educação e Educação e Saúde publicados durante os primeiros anos do Estado Novo. Essa abordagem é fundamentada por autores como Cellard (2008), que destaca a importância da análise documental para compreender a historicidade e o contexto social dos documentos. Segundo ele, a seleção criteriosa do corpus, bem como a contextualização dos textos, é útil para garantir uma análise válida e significativa.

Os eixos que guiaram a análise encontram respaldos em diferentes autores. Para o eixo (1), que aborda os discursos sobre a integração entre educação e saúde, Márcia Leite (2010) discute a relação entre políticas de saúde pública e educação, evidenciando como o discurso higienista permeou o sistema educacional. Nísia Trindade Lima (2008) reforça essa perspectiva, ao apontar como as políticas educacionais e de saúde no período Vargas buscaram moldar um cidadão saudável e produtivo, alinhado aos ideais do regime.



O eixo (2), referente ao papel da educação na construção da identidade regional e nacional, encontra subsídios teóricos em Demerval Saviani (2007), que analisa a centralização do sistema educacional como ferramenta de construção da identidade nacional. Carlos

Monarcha (2009) também aborda a utilização da educação como instrumento para legitimar o projeto político do Estado Novo, o que é refletido nos textos da revista.

No eixo (3), que examina a influência do projeto higienista no ambiente escolar, Regina Facchini (2000) contribui ao discutir como a eugenia e o higienismo foram incorporados às práticas educacionais, promovendo discursos de disciplinarização e controle social. Essa perspectiva é complementada por Luiz Antônio Cunha (2005), que aborda a relação entre educação, saúde e desenvolvimento social no Brasil.

A fundamentação teórica deste estudo é ainda reforçada por Antônio Nóvoa (2005), que argumenta que o contexto político-educacional de cada período é essencial para compreender as práticas pedagógicas implementadas. Sua abordagem destaca a importância de analisar os discursos educacionais em um contexto histórico específico, como o do Estado Novo.

Referencial Teórico

A centralização das políticas educacionais no Estado Novo foi fundamentada na busca por disciplinamento social e construção de identidade nacional, em consonância com os ideais higienistas e eugenistas (Carvalho, 2019). Gomes (2021) aponta que a educação nesse período era concebida como ferramenta de controle social e progresso nacional. No contexto goiano, a revista Educação e Saúde enfatizava a integração entre saúde física e formação cívica como elementos essenciais para a criação de um cidadão ideal (Araújo; Melo, 2022). Esses discursos traziam reflexões quanto às tentativas de modernizar regiões periféricas, ao mesmo tempo em que reforçavam a centralização do poder federal (Silva, 2020). Outro ponto relevante é que o professor era representado como mediador das políticas governamentais, responsável por difundir os valores do regime (Gouvêa, 2023).

A educação durante o Estado Novo assumiu um papel central no projeto de construção de uma identidade nacional homogênea, sendo compreendida como um instrumento de



integração social e disciplinamento coletivo. Esse período, conforme Gomes (2021), enfatizou a centralização administrativa e o uso das instituições escolares como mecanismos de controle social. A proposta educacional visava tanto a formação técnica, como a moralização e o civismo dos cidadãos, em um modelo que associava progresso econômico a disciplina e ordem social.

A obra de Paulo Freire, em *História da Educação no Brasil* (1988), oferece uma visão inicial, sendo considerado como um ponto de partida fundamental para entender o impacto do contexto político no delineamento das políticas educacionais. Embora Freire critique as estruturas opressivas presentes no sistema educacional, ele reconhece também que essas dinâmicas contribuíram para a criação de práticas educacionais que ecoaram em diferentes regiões, incluindo Goiás. Sua perspectiva possibilita uma análise crítica dos mecanismos de poder e controle estabelecidos pelo Estado Novo, especialmente nas áreas periféricas.

Valdemar M. L. Barra, em *Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930)* (2011), complementa essa abordagem ao mapear a evolução histórica da educação no estado. Barra analisa como transformações socioculturais e políticas contribuíram para a configuração do sistema educacional local, refletindo a adaptação regional das diretrizes nacionais. Esse estudo é extremamente relevante para compreender como a ideologia centralizadora do Estado Novo foi aplicada em Goiás, mostrando o impacto das políticas educacionais nas estruturas sociais da época.

A fundação de Goiânia, enquanto símbolo de modernidade e progresso, também teve papel central nas discussões educacionais. José Carlos de Almeida e Valdemar M. L. Barra, em *A Construção de Goiânia e a Nova Educação* (2005), destacam como a criação da nova capital de Goiás foi associada a práticas educacionais inovadoras, que buscavam organizar a educação regional às políticas modernizadoras do governo Vargas. Essa ligação evidencia a tentativa de legitimar um discurso de avanço social por meio da educação, reforçando o papel estratégico da capital no projeto nacionalista.

Nísia Trindade Lima, em *Educação e autoritarismo no Brasil (1930-1945)* (2008), traz uma perspectiva crítica sobre como o autoritarismo formulou as estruturas educacionais no Brasil durante o regime Vargas. Ela argumenta que a centralização do poder impactou diretamente a educação, promovendo valores nacionalistas e disciplinadores que se refletiram



em regiões como Goiás. Essa análise corrobora para representar o papel da educação como ferramenta de controle social e construção de identidades ordenadas ao projeto político do regime.

A discussão sobre a relação entre educação e saúde, abordada por Regina Facchini em *A Educação e a Eugenia no Brasil* (2000), indica como as ideias eugênicas influenciaram as práticas educacionais durante o período. Em Goiás, as revistas *Educação e Educação e Saúde* destacavam a integração entre esses dois campos, ajustando-se às políticas higienistas do Estado Novo. Marcia Leite, em *Políticas de Saúde e Educação no Brasil: uma análise histórica* (2010), reafirma essa conexão, apontando que o governo Vargas buscava legitimar suas políticas por meio de uma visão abrangente de bem-estar público.

O impacto do nacionalismo na educação é desvelado por Alceu de Bittencourt em *Educação e Nacionalismo no Brasil* (1995). Ele destaca como o regime Vargas utilizou a educação para disseminar valores patrióticos e fortalecer a unidade nacional. Carlos Roberto Jamil Cury, em *O Estado Novo e a Educação: Instrumentos de Controle* (2005), complementa essa análise ao examinar as medidas autoritárias aplicadas no sistema educacional, especialmente em regiões limítrofes como Goiás.

Maria Cristina O. Lopes, em *Educação e modernidade no Brasil* (2012), aborda o papel das cidades planejadas, como Goiânia, na promoção de uma educação modernizadora. Ela argumenta que a fundação dessas cidades foi fundamental para implementar diretrizes educacionais que reforçavam a centralidade do projeto de Vargas. Esse contexto mostra a importância estratégica das políticas educacionais no processo de legitimação do Estado Novo.

Sérgio Miceli, em *Intelectuais e Poder no Brasil* (2001), explora a influência dos intelectuais na formação das políticas educacionais do período. Segundo Miceli, os projetos educacionais do Estado Novo buscaram articular as demandas locais com os interesses do governo central, criando um discurso unificador que também encontrava ressonância em Goiás.

Tais abordagens se entrelaçam para formar uma análise integrada das intersecções entre política, sociedade e educação no Estado Novo. Combinando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, a análise reforça a relevância das políticas educacionais na construção de uma identidade nacional e regional em Goiás.



Educação e saúde

O conceito de higienismo emergiu como fundamento para a política educacional do Estado Novo. Segundo Carvalho (2019), o higienismo defendia a promoção de saúde física e mental como condição indispensável para a formação de indivíduos produtivos e obedientes. Essa perspectiva ecoava as ideias eugenistas presentes nas discussões científicas da época, que influenciaram diretamente a educação e a saúde pública. Em Goiás, a revista Educação e Saúde tornou-se um importante veículo para disseminar essas ideias, promovendo práticas escolares voltadas à higiene corporal, alimentação saudável e prevenção de doenças.

A integração entre educação e saúde era uma premissa central das políticas do Estado Novo, refletindo o entendimento de que o ambiente escolar deveria formar não apenas o intelecto, mas também o corpo. Araújo e Melo (2022) destacam que esse modelo educacional buscava uma regeneração nacional, associando saúde física à pureza moral. A revista Educação e Saúde, por exemplo, frequentemente publicava artigos que orientavam professores sobre práticas de higiene escolar, reforçando a ideia de que um corpo saudável era essencial para o progresso individual e coletivo.

A revista também desempenhou um papel importante na formação de uma identidade regional ligada ao projeto nacional. Em Goiás, segundo Silva (2020), o discurso educacional do período valorizava a integração da região ao imaginário nacional, promovendo a ideia de modernização sem abandonar as tradições locais. Essa tensão entre o local e o nacional é uma característica marcante da política educacional do Estado Novo, que buscava consolidar o poder central enquanto reconhecia, ainda que superficialmente, as particularidades regionais.

No contexto goiano, a figura do professor ganhou destaque como mediador das políticas educacionais e como agente de transformação social. Gouvêa (2023) argumenta que os docentes foram apresentados como símbolos de modernidade e progresso, sendo responsáveis por implementar práticas que refletiam os valores do regime. Contudo, a precariedade estrutural e a falta de recursos em regiões limítrofes como Goiás dificultavam a materialização desses ideais, evidenciando as limitações das políticas centralizadoras.



Os valores propagados pelo Estado Novo também reforçavam o papel da educação como meio de disciplinar as massas e consolidar a ordem social. Gomes (2021) observa que a escola foi concebida como espaço de reprodução ideológica, onde os conteúdos curriculares e as práticas pedagógicas eram usadas para promover obediência, patriotismo e respeito às hierarquias. Em Goiás, esses valores eram difundidos por meio de materiais como a revista Educação e Saúde, que articulava a educação ao civismo e à moralidade.

O discurso higienista também evidenciava o impacto das teorias científicas da época nas políticas públicas. Segundo Carvalho (2019), as ideias de regeneração física e moral, bastante difundidas na primeira metade do século XX, influenciaram diretamente as práticas educacionais do Estado Novo. Em Goiás, a adoção desses princípios refletia-se em práticas escolares que incentivavam a higiene pessoal, a prática de esportes e a manutenção de um ambiente escolar saudável.

A integração entre saúde e educação, conforme destacado por Araújo e Melo (2022), era também uma estratégia para garantir a longevidade das políticas centralizadoras do regime. Ao associar o bem-estar físico à educação, o Estado Novo consolidava sua narrativa de progresso e modernidade, reforçando a legitimidade de suas intervenções. A revista Educação e Saúde desempenhava um papel crucial nesse processo, orientando a população sobre as práticas desejáveis e promovendo o alinhamento entre os valores locais e o projeto nacional.

O Estado Novo utilizou a educação como instrumento para combater o analfabetismo, uma das marcas da exclusão social no Brasil. Gomes (2021) destaca que a erradicação do analfabetismo era apresentada como requisito para a modernização econômica e a integração nacional. Em Goiás, esses esforços foram canalizados por meio de campanhas educativas e pela formação de professores capacitados para atuar nas zonas rurais.

A influência das ideias positivistas também pode ser observada nas políticas educacionais do Estado Novo. Silva (2020) aponta que o positivismo, com sua ênfase na ordem e no progresso, permeava o discurso oficial sobre educação, destacando a escola como espaço de racionalidade e disciplinamento. Essa perspectiva se refletia na revista Educação e Saúde, que frequentemente exaltava os valores da ciência e da técnica como fundamentos para a modernização de Goiás.



A centralização das políticas educacionais também gerava desafios e tensões como apontado por Gouvêa (2023) que observa que as realidades regionais frequentemente entravam em conflito com as diretrizes nacionais, especialmente em estados periféricos como Goiás, onde a infraestrutura educacional era precária. A revista Educação e Saúde tentava mediar essas tensões, adaptando os ideais nacionais ao contexto local e promovendo soluções pragmáticas para os problemas enfrentados pelos professores.

As discussões sobre a modernização educacional no Estado Novo também dialogam com o conceito de cidadania. Gomes (2021) argumenta que o regime buscava formar cidadãos disciplinados e produtivos, cuja lealdade ao Estado fosse inquestionável. Em Goiás, a educação era apresentada como o meio de alcançar essa cidadania ideal, e a revista Educação e Saúde desempenhava um papel central na disseminação desse discurso.

Complementando tais ideias sobre o Estado Novo, as análises da Revista de Educação publicada em Goiânia entre outubro de 1938 e julho de 1939, representa uma rica fonte para compreender como as diretrizes educacionais do Estado Novo impactaram a formação pedagógica no estado de Goiás. Dermeval Saviani, em História das Ideias Pedagógicas no Brasil (2007), argumenta que o período do Estado Novo foi marcado pela institucionalização de uma pedagogia centralizadora e autoritária. As edições da revista evidenciam essa tendência ao promoverem a implementação de programas nacionais de ensino e a formação de professores dentro de padrões uniformes.

Carlos Monarcha, em Educação e Autoritarismo no Brasil (2009), destaca a utilização da educação como ferramenta de controle ideológico. A revista Educação nesse contexto, pode ser vista como um veículo de propagação das ideias centralizadoras do regime Vargas, contribuindo para a legitimação do projeto político autoritário.

Luiz Antônio Cunha, em Educação e Desenvolvimento Social no Brasil (2005), analisa a relação entre educação e desenvolvimento social no Brasil. A revista reflete essa abordagem ao propor que a educação fosse um instrumento de progresso e modernização em Goiás, aderindo ao discurso nacional de Vargas.

Maria Ciavatta, em Educação e Trabalho no Brasil (2011), enfatiza a valorização do trabalho como um elemento central nas políticas educacionais do período. As edições da revista



promovem essa ideia ao integrar o discurso de valorização do trabalho à formação pedagógica, fortalecendo a ideologia nacionalista.

Ângela Maria Paiva Cruz, em *O Campo Educacional e as Políticas Públicas no Brasil* (2006), contribui com uma visão abrangente sobre as influências políticas nas práticas educacionais. A análise da revista confirma o papel estratégico das políticas públicas na promoção de um modelo educacional alinhado às diretrizes do Estado Novo.

Renato Sêneca Fleury, em *Educação e Ideologia no Brasil* (1986), aponta como a ideologia dominante moldou as práticas educacionais do período. As edições da revista refletem essa dinâmica, reforçando os valores nacionalistas e patrióticos propagados pelo regime.

Luciano Mendes de Faria Filho, em *História da Educação Brasileira: Leitura Crítica* (2010), discute a centralização do sistema educacional no Estado Novo. Essa centralização é evidente na revista, que frequentemente apresentava as políticas educacionais como iniciativas unificadoras e indispensáveis para o progresso nacional.

Antônio Nóvoa, em *História da Educação: Novos Olhares* (2005), enfatiza a importância de analisar as práticas educacionais a partir de uma perspectiva crítica e contextualizada. A revista fornece uma fonte enriquecida para explorar as convergências entre educação e política no período.

Vitor Manoel Marques da Silva, em *Educação e Cultura no Brasil Republicano* (2009), argumenta que a educação foi um elemento central na construção da identidade nacional durante o regime Vargas. A revista, ao destacar temas como disciplina, moralidade e civismo, reflete esse esforço de construção de uma identidade alinhada ao projeto nacionalista.

Considerações Finais

A análise das obras *Revistas de Educação* e *Educação e Saúde* revela que a concepção de educação em Goiás durante os primeiros anos do Estado Novo estava profundamente influenciada pelos valores de centralização, higienismo e moralidade. A publicação atuou como veículo de disseminação dos ideais varguistas, promovendo a integração entre saúde e educação como bases para o progresso social e econômico do estado. No entanto, essa perspectiva



também evidencia as tensões entre as especificidades culturais e sociais de Goiás e o projeto nacional unificador do regime. Este estudo contribui para o entendimento do papel da educação como instrumento de poder e controle social no Brasil do século XX, especialmente em regiões periféricas.

Desta forma, a partir desses elementos, pode-se concluir que a educação durante o Estado Novo em Goiás foi configurada por uma combinação de valores higienistas, positivistas e nacionalistas. A revista Educação e Saúde e Revista da educação exemplificam como essas ideias foram adaptadas ao contexto regional, refletindo tanto os avanços quanto as limitações das políticas educacionais centralizadoras.

Referências

ARAÚJO, M. F.; MELO, T. A. Educação e saúde pública no Brasil: um olhar histórico sobre o Estado Novo. São Paulo: Unesp, 2022.

ALMEIDA, José Carlos de; BARRA, Valdemar M. L. A Construção de Goiânia e a Nova Educação. Goiânia: Editora UFG, 2005.

BARRA, Valdemar M. L. Estudos de História da Educação de Goiás (1830-1930). Goiânia: EdUFGO, 2011.

BITTENCOURT, Alceu. Educação e Nacionalismo no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1995.

CARVALHO, R. F. Higienismo e educação no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. Brasília: Editora UnB, 2019.

CELLARD, André. A Análise Documentária em Ciências Sociais. In: POUPART, Jean et al. A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAVATTA, Maria. Educação e Trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, Ângela Maria Paiva. O Campo Educacional e as Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Edusp, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Estado Novo e a Educação: Instrumentos de Controle. Campinas: Papirus, 2005.



FACCHINI, Regina. A Educação e a Eugenia no Brasil. São Paulo: Annablume, 2000. FLEURY, Renato Sêneca. Educação e Ideologia no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. FREIRE, Paulo. História da Educação no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GOMES, A. P. A educação no Estado Novo: centralização e modernização na era Vargas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

GOUVÊA, R. C. Políticas educacionais e formação de identidade no Brasil: o caso de Goiás. Goiânia: PUC Goiás, 2023.

LEITE, Márcia. Políticas de Saúde e Educação no Brasil: Uma Análise Histórica. Campinas: Autores Associados, 2010.

LIMA, Nísia Trindade. Educação e Autoritarismo no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LOPES, Maria Cristina O. Educação e modernidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. MICELI, Sérgio. Intelectuais e Poder no Brasil. São Paulo: Difel, 2001

MONARCHA, Carlos. Educação e Autoritarismo no Brasil. Campinas: Papyrus, 2009. MONARCHA, Carlos. Educação e Autoritarismo no Brasil. Campinas: Papyrus, 2009. NÓVOA, Antônio. História da Educação: Novos Olhares. Lisboa: Asa, 2005.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo e suas implicações na educação brasileira. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SILVA, M. J. Educação e nacionalismo: o projeto de construção de cidadania no Brasil do Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SILVA, Vitor Manoel Marques da. Educação e Cultura no Brasil Republicano. Brasília: MEC/Inep, 2009.

VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.